



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CRIMINAL
Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo nº: **0001592-74.2016.8.26.0566**
Classe - Assunto: **Termo Circunstanciado - Desacato**
Documento de Origem: **TC, TC, OF - 018/2016 - 1º Distrito Policial de São Carlos, 017/2016 - 1º Distrito Policial de São Carlos, 165/2016 - 1º Distrito Policial de São Carlos**
Autor do Fato: **EDIVALDO COSTA e outro**
Data da Audiência: **09/03/2016**

Aos 09 de março de 2016, às 13:00h horas, nesta cidade e comarca de São Carlos, na sala de audiências sob a presidência do **DR. CLAUDIO DO PRADO AMARAL**, MM. Juiz de Direito, comigo escrevente abaixo assinado, foi aberta a audiência preliminar em procedimento criminal previsto na Lei 9.099/95. Encaminhado o termo circunstanciado pela autoridade policial, que trata de **Desacato**, verificou-se a presença do **DR. MARCELO BUFFULIN MIZUNO**, DD. Promotor de Justiça; a presença dos autores do fato, **EDIVALDO COSTA e ADRIANO APARECIDO DE SOUZA**, desacompanhados de defensor tendo o MM. Juiz nomeado a DPE, estando presente neste ato o **DR. JONAS ZOLI SEGURA**; a presença das vítimas **FABRICIO HEITOR MARTELLI, ANA LUCIA SPAGNOL BOSE, MARLI APARECIDA SOLER e LEILA CLARA BERTOLUCCI RUDNYTSKYJ**. Inicialmente o MM. Juiz esclareceu sobre a possibilidade da aceitação da proposta de aplicação imediata da pena. A seguir, tratando-se de ação penal pública incondicionada, o dr. Promotor de Justiça, entendendo não ser caso de arquivamento, propôs a aplicação imediata da pena, nos seguintes termos: MM. Juiz: O Ministério Público, pelo seu órgão que ora o representa, considerando o disposto no art. 76 da Lei 9.099/95 e estando presentes os requisitos legais, propõe ao acusado a pena restritiva de direito consistente na prestação de serviços à comunidade, em local a ser determinado pelo Juízo, a qual deverá ser cumprida dentro de 60 dias. Pelo autor da infração e defensor foi dito que aceitavam a proposta oferecida pelo Ministério Público. O MM. Juiz decidiu: Vistos. Tratando-se de delito previsto na Lei nº 9099/95 imputado a **EDIVALDO COSTA** e considerando que o Ministério Público propôs a aplicação imediata da pena restritiva de direitos, que foi aceita pelo(a)s acusado(a)s, uma vez preenchidos os requisitos legais, aplico ao(a)s infrator(a)s **EDIVALDO COSTA** a pena restritiva de direito de prestação de serviços à comunidade, a qual consistirá em tarefas que serão prestadas junto à CENTRAL DE PENAS e MEDIDAS ALTERNATIVAS REGIONAL - RUA TREZE DE MAIO, Nº 1697, CENTRO (FONE: 3364-2670), SÃO CARLOS-S.P, correspondendo a uma jornada de trabalho de 30 horas, que deverá ser cumprida dentro de 60 dias e atestada pela entidade. Oficie-se à entidade, comunicando a situação e solicitando as informações necessárias sobre o cumprimento das



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CRIMINAL
Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.	

condições as quais deverão ser encaminhadas à este Juízo. A seguir, o Ministério Público, o(a)(s) autor(a)(es) do fato e o(a)(s) Defensor(a)(es), desistiram do prazo de recurso. A comprovação do cumprimento da pena será feita nestes próprios autos. Publicada nesta audiência e saindo intimados os presentes, especialmente o acusado, registre-se e comunique-se, procedendo-se em seguida às anotações. Nada mais havendo, foi encerrada a audiência, lavrando-se este termo que depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, _____, Luis Guilherme Pereira Borges, Escrevente Técnico Judiciário, digitei e subscrevi.

MM. Juiz:

Promotor:

Autor do Fato:

Defensor Público:

Ofendidos: